



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
FAXINAL DO SOTURNO - RS

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 011 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

Concede revisão geral anual, nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal e do art. 1º da Lei Municipal nº 2.187, de 17 de janeiro de 2014, aos servidores do Poder Legislativo.

Art. 1º - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal e do art. 1º da Lei Municipal nº 2.187, de 17 de janeiro de 2014, é concedida revisão geral anual pela aplicação do índice oficial da inflação IPCA – ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO, calculado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a contar de 1º de janeiro de 2026, incidente sobre os vencimentos e os subsídios dos Servidores do Poder Legislativo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão atendidas pelas dotações próprias do orçamento para o exercício de 2026.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

Em cumprimento aos preceitos legais, submete-se à apreciação desta casa a revisão anual dos Servidores do Poder Legislativo.

Conforme foi previsto na LDO e na LOA para o exercício de 2026, e respeitando os preceitos e os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal estamos propondo por este projeto de lei, reajuste para os Servidores do Poder Legislativo a partir de janeiro do próximo exercício, que contempla a reposição da inflação medida Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

Outrossim, informamos que o índice oficial do IPCA – ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO para o ano de 2025, calculado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ainda não foi divulgado, mas estima-se que ficará em torno de 4,5% (quatro vírgula cinco por cento).

Respeitando os preceitos e os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, concluímos que este reajuste proposto para vigorar a partir de janeiro de 2026 assegura a reposição integral da inflação oficial acumulada no ano de 2025.

Face ao exposto solicitamos a análise e aprovação deste projeto.

Calebe de Andrade Xavier
Presidente

